

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MAFAMUDE

Sessão Ordinária realizada no dia 30 de Junho de 2026

ATA Nº 2/2026

Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Mafamude, que decorreu na sede da Junta de Freguesia de Mafamude, sita na Rua Soares dos Reis, nº 1154, 4430-240 Vila Nova de Gaia, presidida por Paulo Sérgio Costa da Silva, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, dando início à Assembleia às 21:10 horas.

Constituíram a mesa da Assembleia de Freguesia para além do Presidente, o Primeiro Secretário da Mesa, Francisco Alberto Carvalho Bom Pereira a Segunda Secretária da Mesa, Ana Daniela Martins de Oliveira.

Estiveram presentes, para além dos mencionados elementos da mesa da Assembleia de Freguesia, que se encontram em representação respetivamente do PPD-PSD, CDS-PP e PPD-PSD, os seguintes deputados / elementos da Assembleia de Freguesia: Por parte do PPD-PSD: Francisco Diogo Cabral Nascimento e António José Areias de Miranda. Por parte da IL: António José da Silva Ferreira. Por parte do PS: Alexandra Mónica Soares Amaro, Jorge Miguel Alves Ferreira Pacheco, José Carlos de Almeida Moraes Soares, Elsa Maria Almeida Pinto e Luís Carlos Salgueiro Soares. Por parte do Chega: Alexandre Miguel Capacho Vila Real e Nelson Guilherme Teixeira Aguiar. Por parte do Livre: David Alexandre Micael Pereira. Por parte da CDU: José Alberto Pereira Mota da Costa.

Do Executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes Gustavo Leite Gama, Paulo Alexandre de Almeida Meireles Pinho, António José da Silva Pereira, Maria José da Silva Ferreira, Marta Isabel Santos Silva Videira, Hugo Miguel da Cunha Vieira, e Mariana de Sá Monteiro.

Foram pedidas as substituições, pelos respetivos líderes dos partidos na Assembleia de Freguesia de Veneranda de Lurdes Barbosa Carneiro do PPD- PSD, que justificou a sua falta e foi substituída por Rúben Miguel Pinto Pedrosa do mesmo partido; de Joaquim Carlos Oliveira Neves do PPD-PSD, que justificou a sua falta e foi substituído por Rui Pedro da Silva Trindade do mesmo partido; de Daniela Pereira Vieira do PS que justificou a sua falta e foi substituída por Diogo Filipe Prada da Silva do mesmo partido e de Paulo Rui Alves de Oliveira Duarte Ferreira do Partido Socialista, que justificou a sua falta e que foi substituído por David Augusto Freitas Guimarães do mesmo partido. Conforme o mapa de presenças da assembleia do dia 30/06/2026, que se anexa com a presente ata como anexo 1.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Paulo Sérgio Costa da Silva, deu início à Assembleia e procedeu à leitura da ordem de trabalhos constantes na convocatória para esta Assembleia, dando nota da alteração feita à ordem do dia, de acordo com o artigo 27º nº 2 do Regimento desta Assembleia de Freguesia e artigo 53 nº 2 do Regime Jurídico das Autarquias Locais que foi enviada a todos os membros desta Assembleia. Alteração essa que diz respeito ao aditamento à ordem do dia dos seguintes pontos: 4.2.1. Apreciação, discussão e votação do Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e o Clube dos Fãs do Badminton de Gaia; 4.2.2. Apreciação, discussão e votação do Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e o Futebol Clube de Gaia; 4.2.3. Apreciação, discussão e votação do Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e a Escola Secundária Almeida Garrett (GarrettGym); 4.2.4. Apreciação, discussão e votação do

Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e o Centro Recreativo de Mafamude; 4.2.5. Apreciação, discussão e votação do Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e o Grupo Folclórico de Danças e Cantares de Mafamude; 4.2.6. Apreciação, discussão e votação do Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e o COLGAIA - Clube de Desporto Escolar; 4.3. Discussão e votação da Proposta de Ratificação do Protocolo celebrado entre a Junta de Freguesia de Mafamude e a Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Vila Nova de Gaia; 4.4. Discussão e votação da Proposta de Ratificação do Contrato de Comodato celebrado entre a Gaiurb - Urbanismo e Habitação E.M. e a Junta de Freguesia de Mafamude, justificando a necessidade e importância desta alteração. Mesmo assim, submeteu a alteração à ordem do dia à deliberação dos membros da Assembleia, não tendo havido qualquer oposição, tendo a mesma sido aprovada.

Antes de dar início aos trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia fez uma breve referência ao facto da presente Assembleia de Freguesia ser transmitida em direto e online. Na decorrência desse facto, o Presidente da Assembleia de Freguesia advertiu os elementos do público presentes que quem quiser deslocar-se para usar da palavra no período de intervenção aberto ao público terá de assinar uma declaração ou termo de consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais, caso não se oponha à gravação, e transmissão da sua intervenção. Caso manifeste qualquer oposição, a gravação será suspensão durante o período da intervenção.

De seguida deu-se início aos trabalhos com os seguintes pontos:

1-Período de Intervenção aberto ao Público;

Não houve mais inscrições neste período da Assembleia.

2-Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia de Freguesia de 30/04/2026;

Dada a extensão da ata da Assembleia de freguesia de 30/04/2026, e ainda pelo facto de já ter sido a mesma enviada há algum tempo aos membros da Assembleia de Freguesia, o Presidente da mesa questionou os mesmos sobre se podia dispensar a leitura deste documento. Nenhum dos membros da Assembleia deduziu oposição a essa proposta, pelo que se dispensou a leitura. Abriu-se o período de discussão do documento não havendo inscrições.

Foi colocada a votação a Ata da Assembleia de Freguesia de 30/04/2026, não sem antes o Presidente da Assembleia ter comunicado que só poderiam participar nesta votação os elementos da Assembleia anterior que aí estiveram no exercício das suas funções. Assim sendo, a Ata mereceu a aprovação dos seguintes membros presentes na respetiva assembleia de 30/04/2026. Por parte do PPD-PSD: Paulo Sérgio Costa da Silva, Ana Daniela Martins de Oliveira, Francisco Diogo Cabral Nascimento, António José Areias de Miranda e Rui Pedro da Silva Trindade. Por parte do CDS-PP: Francisco Alberto Carvalho Bom Pereira. Por parte do PS: Jorge Miguel Alves Ferreira Pacheco, José Carlos de Almeida Moraes Soares, Elsa Maria Almeida Pinto, Luís Carlos Salgueiro Soares, David Augusto Freitas Guimarães. Por parte do Chega: Alexandre Miguel Capacho Vila Real e Nélson Aguiar. Por parte do Livre: David Alexandre Micael Pereira. Por parte da CDU: José Alberto Pereira Mota da Costa. Não houve abstenções ou votos contra. A Ata foi aprovada por unanimidade.

3- Período Antes da Ordem do Dia;

Foram registadas as seguintes inscrições:

Por parte do LIVRE, David Pereira apresentou a moção com o título “Apoio Informativo e Jurídico de proximidade aos fregueses, apresentada em suporte físico, que se dá aqui por integralmente reproduzida para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexo 2.

Elsa Pinto do PS apresentou uma moção de protesto pela falta de investimento do governo na ULS Gaia/Espinho,, apresentada em suporte físico, que se dá aqui por integralmente reproduzida para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexo 3.

David Guimarães do PS, colocou algumas questões sobre o programa Gaia limpa, nomeadamente se alguém tinha sido autuado por colocar o lixo fora dos contentores. Solicitou algumas informações referentes ao projeto Cartão Gaia Amiga, designadamente, qual o número de pensionistas registados na Freguesia, qual o número de pensionistas elegíveis para a atribuição do cartão, qual o número de pedidos solicitados e os que foram rejeitados, qual a percentagem da população elegível beneficia desta medida e ainda qual a meta que a Junta de Freguesia prevê alcançar com o Cartão Gaia Amiga.

Jorge Pacheco do PS, debruçou-se sobre a temática da Alta Velocidade em Mafamude, questionando o Sr. Presidente da Junta de Freguesia se a Junta pronunciou-se ou emitiu uma comunicação sobre o tema durante o período de auscultação pública ao projeto, e, em caso afirmativo, expressou a vontade do PS de ter acesso à mesma.

José Alberto da Costa em representação da CDU, apresentou um voto de saudação pela rejeição do pacote laboral, a Moção contra a pressão imobiliária em Mafamude e Vila Nova de Gaia, a Recomendação com o título - Pela Recuperação do Parque de Santa Luzia e zona urbanística envolvente e ainda, a Moção Regionalização um imperativo democrático, todos apresentados em suporte físico, que se dão aqui por integralmente reproduzidos para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexos 4,5,6 e 7.

Francisco Nascimento do PSD apresentou dois votos de louvor, o primeiro relativo aos Jogos Juvenis 2026, e o segundo relativo às Marchas de Mafamude e Centro Recreativo de Mafamude, todos apresentados em suporte físico, que se dão aqui por integralmente reproduzidos para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexos 8 e 9.

Nélson Aguiar em representação do Chega apresentou a moção proposta para o combate ao isolamento de idosos na Freguesia e ainda, a moção/proposta para a auditoria à iluminação pública, apresentadas em suporte físico, que se dão aqui por integralmente reproduzidas para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexos 10 e 11.

Alexandre Vila Real do Chega, apresentou um voto de louvor à Câmara Municipal de Gaia pela promoção da mostra educativa Educall 2026 em Gaia e ainda, a Moção pela isenção de taxas para ex-combatentes, apresentadas em suporte físico, que se dão aqui por integralmente reproduzidas para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexos 12 e 13.

Foi aberto o período de discussão, com as seguintes intervenções:

Tomou a palavra o Sr Presidente da Junta para sublinhar que pela primeira vez a Assembleia de Freguesia de Mafamude é transmitida em direto, um marco histórico que merece ser realçado. Felicitou a proposta apresentada pelo Livre, pelo apoio informativo e jurídico de proximidade, indo à procura de auxiliar os cidadãos mais isolados ou carenciados. A Junta tentará concretizar esta moção, envolvendo outras instituições. Relativamente à moção de protesto pela falta de investimento na ULS Gaia /Espinho apresentada pelo PS, reafirmou a opinião sobre a matéria do Sr Presidente da Câmara Municipal. Quanto às questões levantadas pelo representante do PS

David Guimarães, referiu que o programa Gaia Limpa que é transversal a todas as freguesias tem funcionado muito bem, e que em concreto, em Mafamude não tem havido razões de queixa, o contacto com os intervenientes tem sido célere para resolver casos urgentes. A campanha em causa foi colocada em curso para demover alguns residentes de colocar lixos fora dos espaços apropriados, sensibilizando-os para atitudes cívicas necessárias. Ao que sabe as coimas ainda não se encontram a ser aplicadas, no entanto, é um passo possível no futuro. A verdade é que não obstante o bom trabalho realizado na recolha do lixo, têm aparecido em certas zonas resíduos volumosos de origem doméstica, é por isso necessário nesta área investir na sensibilização para o civismo para evitar esses comportamentos. Quanto ao Cartão Gaia Amiga não tem os dados solicitados sobre o projeto Municipal em causa, no entanto, poderá se assim for desejado solicitar a informação ao Município. Disse saber que o projeto tende a abranger cada vez mais um número maior de cidadãos. Quanto à questão da Alta Velocidade em Mafamude levantada por Jorge Pacheco do PS, referiu que já foi abordada nas anteriores Assembleias de Freguesia, e que a Junta não formalizou a sua opinião por entender que é um assunto mais destinado ao Município. O presidente da Junta comunicou que esteve em diversas reuniões onde explicou as circunstâncias e os constrangimentos que irão afetar a Freguesia. Deu ainda nota das preocupações com a obra e da auscultação à população realizada aquando da campanha eleitoral. Espera que a concretizar-se este projeto que seja uma oportunidade para reorganizar e criar uma nova centralidade na zona de Santo Ovídio. Compete portanto ao Município tomar as decisões articulado com as várias entidades envolvidas no Processo. Quanto à recomendação apresentada pela CDU pela recuperação do Parque de Santa Luzia e zona urbanística envolvente, esta temática já foi discutida com o partido proponente em sede de direito de oposição, esta situação passará pela intervenção do Município uma vez que o Parque em concreto é uma zona Municipal e a Junta poderá desenvolver esforços no sentido de fazer valer a ideia para a sua implementação, por forma a aumentar a área verde na Freguesia. A questão da regionalização é uma questão nacional. Quanto aos votos de louvor apresentados pelo PSD, referiu que as atividades em causa decorreram de forma muito positiva, a junta estabeleceu parcerias e agregou sinergias para levar a cabo estas iniciativas, que promoveu o convívio, a participação e a representatividade. Relativamente às propostas do Chega, no que toca ao combate ao isolamento dos idosos, o trabalho vai sendo feito nesta área pelo gabinete de ação social da freguesia, pelo registo feito dos casos assinalados. Apesar disso é necessário ir ao encontro dos casos desconhecidos e a Junta deve ser um motor nesse sentido, destacando o programa Gaia Cuida que deve ser aproveitado para esta intervenção. Neste campo entende ser importante promover um diálogo com as Unidades de Saúde Familiar e Segurança Social para assinalar as pessoas que mais necessitam. No que toca à iluminação pública, a Junta tem conseguido resolver as várias situações sinalizadas através da ajuda do programa Cuidar Mafamude e da sua intervenção junta das entidades competentes, neste capítulo, realçou a importância do programa apresentado pela Câmara Municipal para a melhoria e resolução de problemas nesta temática da iluminação. Relativamente ao voto de Louvor apresentado pelo Chega, referiu que é positivo verificar que a intervenção do executivo municipal é reconhecida, não obstante, o elemento do Chega ter assento na Assembleia Municipal e de poder apresentar o voto de louvor nesse órgão, entende por isso, que o Partido em causa poderia ter concentrado as suas atenções na freguesia, com a proposta de um voto de louvor direcionado por exemplo, para a feira Mafamuda-te, ou para as atividades organizadas no Dia Mundial da Criança, que foram um sucesso. Quanto à proposta para isenção de taxas a ex-combatentes, destacou que este tema será discutido num ponto mais à frente desta Assembleia, e que o partido teve a oportunidade antes da Assembleia de apresentar esta proposta, uma vez que foi convocado para

uma reunião para dar o seu contributo e não compareceu a qualquer reunião para se chegar a um entendimento nesta matéria.

Jorge Pacheco pediu a palavra para assinalar a falta de posição pública pela Junta sobre o tema do TGV na Freguesia, como outras Juntas de Freguesia já fizeram. No seu entendimento a Junta devia de ter uma posição pública sobre o tema, num projeto que é impactante. Lavrou por isso um protesto.

Francisco Nascimento PSD pediu a palavra sobre a moção de protesto do PS acerca da falta de investimento do Governo na ULS Gaia / Espinho, para afirmar a relevância do desafio lançado na última Assembleia Municipal para haver um pacto democrático de largo consenso em defesa da importância da ULS, pacto esse que não foi aceite pelo PS, sendo no entender do PSD mais importante mostrar uma atitude positiva do que negativa através de uma moção de protesto.

Francisco Bom Pereira em representação do CDS-PP tomou a palavra em relação à moção das isenções de taxas a ex-combatentes para dizer que a posição do seu partido é conhecida nesta matéria. As isenções de taxas podem ser concedidas caso haja fundamentos para tal, o que não se encontra devidamente identificado na moção.

José Alberto da Costa da CDU pediu a palavra para questionar o Sr Presidente da Junta sobre a não pronúncia relativamente à temática da pressão imobiliária destacada na respetiva recomendação apresentada.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta para responder, que iniciou pela questão do TGV, onde afirmou que ainda não percebeu qual a posição do PS sobre a matéria. Acrescentou que esteve anteriormente reunido com o executivo municipal, conjuntamente com a Presidente da Junta de Vilar do Paraíso, onde foi possível chegar-se a um acordo no sentido de alinhar com a estratégia da Câmara para divergir a estação do TGV para Vilar do Paraíso, entretanto o projeto sofreu alterações, e por isso dizer-se que a Junta não defende os interesses da freguesia na Câmara Municipal é algo que não corresponde com a realidade. Percebe que poderá ter mais visibilidade quando veiculada uma posição numa rede social, no entanto, entende que as questões políticas devem ser discutidas em sede própria e com as entidades competentes. Acrescentou o exemplo da situação dos moradores do cedro que sofreram ordens de despejo, onde foi necessário alguma intervenção e participação da Junta de Freguesia para a resolução do problema que foi posteriormente solucionado pela Câmara Municipal, para partilhar aos presentes membros desta Assembleia que o tema foi muito divulgado na comunicação social, tendo o Sr. Presidente da Junta preferido o trabalho direto com as entidades competentes, a ceder aos convites de diversos meios de comunicação para ser entrevistado.

Jorge Pacheco em representação do PS pediu a palavra para esclarecer a sua intervenção e referiu que não disse que o Presidente não defendeu os interesses dos mafamudenses, mas sim que a Junta não se pronunciou publicamente sobre o tema da Alta Velocidade, como deveria ter feito.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia pediu a palavra para dizer que em consulta pública o PS também podia ter-se pronunciado sobre o projeto e não o fez.

O presidente da mesa interrompeu os trabalhos por 5 minutos para que os grupos partidários pudessem conferenciar.

Reiniciou a Assembleia com o período de votações.

5  Per

A moção apresentada pelo LIVRE, com o título “Apoio Informativo e Jurídico de proximidade aos fregueses Apoio informativo e jurídico de proximidade aos fregueses”, foi aprovada por unanimidade.

A Moção de protesto pela falta de investimento do governo na ULS Gaia/Espinho apresentada pelo PS, foi aprovada com dez votos a favor dos membros da CDU, PS e Chega, oito votos contra do PSD, CDS, IL, e a abstenção do LIVRE.

O voto de saudação pela rejeição do pacote laboral apresentado pela CDU, foi aprovado com onze votos a favor, dos representantes do PS, CHEGA, LIVRE e CDU e oito votos contra do PSD, CDS e IL.

A Moção contra a pressão imobiliária em Mafamude e Vila Nova de Gaia apresentada pela CDU, foi aprovada com onze votos a favor do PS, CHEGA, CDU e LIVRE e oito votos contra do PSD, CDS e IL.

A Recomendação pela Recuperação do Parque de Santa Luzia e zona urbanística envolvente apresentada pela CDU foi aprovada por unanimidade.

A Moção Regionalização um imperativo democrático apresentada pela CDU foi chumbada, com os votos contra do PSD, IL, Chega, a abstenção do CDS e os votos a favor do PS, CDU e LIVRE. Dado o empate verificado, repetiu-se a votação que se manteve inalterada. Face a essa situação o Sr Presidente da Assembleia invocou o voto de qualidade para desempatar a votação mantendo o voto contra.

O voto de louvor aos jogos juvenis 2026 apresentado pelo PSD, foi aprovado com doze votos a favor do PSD, CDS, IL, CHEGA, CDU, LIVRE, com sete abstenções do PS.

O Voto de louvor relativo às Marchas de Mafamude e centro recreativo de Mafamude apresentado pelo PSD foi aprovado por unanimidade.

A moção de combate ao isolamento de idosos na freguesia apresentada pelo Chega foi aprovada com nove votos a favor dos representantes do PS, CHEGA e dez abstenções do PSD, CDS, IL, Livre e CDU .

A moção auditoria à iluminação pública apresentada pelo Chega foi aprovada com nove votos a favor do PS e CHEGA, dois votos contra da CDU e LIVRE e oito abstenções do PSD, CDS e IL.

O voto de louvor à Câmara Municipal de Gaia pela promoção da mostra educativa Educall 2026 em Gaia apresentada pelo Chega, foi aprovada com dez votos a favor do PSD, CDS, IL e CHEGA, um voto contra da CDU e oito abstenções do PS e LIVRE.

A Moção pela isenção de taxas para ex-combatentes apresentada pelo Chega foi aprovada e mereceu nove votos a favor do CHEGA e PS, dois votos contra da IL e CDU e oito abstenções do PSD, CDS e LIVRE.

De seguida pediu a palavra José Alberto da Costa em representação da CDU para apresentar três declarações de voto, quanto à moção apresentada pelo Chega sobre a isenção de taxas para os ex-combatentes, a moção apresentada pelo PS de protesto pela falta de investimento do governo na ULS Gaia/Espinho e a moção apresentada pelo Chega sobre a auditoria à iluminação Pública, todas apresentadas por escrito, que se dão aqui por integralmente reproduzidas para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexos 14 , 15 e 16.

David Pereira em representação do Livre também pediu a palavra para uma declaração de voto quanto à moção do Chega para a auditoria à iluminação pública, onde expressou que não é contra a iluminação pública, no entanto, o Livre é contra os considerandos usados no teor da proposta, no que se prende com a indicação da crescente insegurança e número de assaltos, pelo facto de haver um desconhecimento desses números e por via disso o Livre votou contra a moção. Quanto à moção pela isenção de taxas para os ex-combatentes, em abstrato o partido é a favor dessa medida, no entanto, assinalou que há uma questão de prioridade que deveria motivar em primeiro lugar preocupações relativamente a pessoas vulneráveis, nomeadamente, com as vítimas de violência doméstica, pessoas afetadas com doenças mentais, desempregados de longa duração, assim, os ex-combatentes não podem ser vistos como casos isolados quando existem outros cidadãos necessitados. Fez ainda uma interpelação à mesa para sobre a condução dos trabalhos, de forma a gerir o tempo das sessões no que diz respeito ao período antes da ordem do dia, seria profícuo a mesa instalar um procedimento em que as moções fossem apresentadas e enviadas aos membros desta Assembleia, 48 horas antes das Assembleias para que todos os partidos pudessem previamente analisar e pensar o sentido de voto, agilizando assim esta parte das Assembleias.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia acolheu com agrado a proposta e referiu que a mesma será alvo de discussão na próxima reunião de líderes.

Pediu a palavra em representação da IL, António Ferreira, que se pronunciou quanto à moção do Chega sobre a isenção de taxas aos ex-combatentes, afirmando que não obstante ser positiva, a possibilidade de isenção ou redução de taxas deve ser direcionada a vários grupos e cidadãos e não apenas aos ex-combatentes. Quanto à moção do Livre para o apoio informativo e jurídico de proximidade aos fregueses, manifestou o seu agrado pela mesma, garantindo que a IL estará atenta para a necessidade de não serem extravasadas as competências e o âmbito do apoio jurídico, para que não haja conflitos com as entidades que prestam este serviço.

Francisco Nascimento em representação do PSD, pediu a palavra para apresentar três declarações de voto. A primeira em relação às moções do Chega relativas ao combate ao isolamento dos idosos e à auditoria à iluminação pública, referindo que estas temáticas têm merecido um especial cuidado por parte do Executivo da Junta e do Executivo Municipal, existindo uma rede de apoio já trabalhada que está pronta para responder aos problemas, e ainda, que no que concerne à iluminação pública tem havido uma melhoria clara neste capítulo. Quanto à moção de protesto apresentada pelo PS sobre a falta de investimento do governo da ULS, sublinhou que lançou um repto ao PS acerca do pacto democrático alargado, que não teve resposta do PS no sentido de aceitar este repto para fortalecer a posição de Gaia.

Pediu ainda a palavra pelo PS, Jorge Pacheco, para uma declaração de voto sobre a moção do Chega direcionada à isenção aos ex-combatentes, decidiu o PS que devia aprovar a mesma, pese embora entender que ela devia ter sido apresentada e discutida no ponto da ordem do dia referentes ao respetivo Regulamento de taxas e licenças.

Em resposta, o Sr Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia defendeu que não obstante o ponto da ordem do dia sobre o Regulamento de Taxas e Licenças, o partido Chega tem toda a legitimidade em apresentar esta matéria no período antes da ordem do dia, não havendo qualquer objeção a essa moção.

4- Período da Ordem do Dia;

4.1. Apreciação, discussão e votação do Auto de Transferência de recursos entre a Junta de Freguesia e o Município de Vila Nova de Gaia, nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

O Presidente da Junta de Freguesia fez a apresentação do diploma. Expôs que o documento concretiza a delegação de competências referentes a várias intervenções, nomeadamente nos espaços públicos, espaços verdes, nas escolas, entre outros. A Câmara Municipal propôs um valor inicial que foi aumentado por influência da intervenção do executivo da Junta. Referiu ainda que, os valores já não eram atualizados desde 2018 e a Junta exerceu alguma pressão para esse efeito. O valor mensal destinado à ex-união de freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso era de sensivelmente 23.000,00 euros e com a desagregação estaria previsto para Mafamude um valor mensal de cerca de 16.000,00 euros, conseguiu-se um aumento do valor para os 20.000,00 euros mensais. Assim o valor anual passou de 195.000,00 euros para cerca de 240.000,00 euros. A Junta assumirá as responsabilidades para melhorar a intervenção nas competências que dizem respeito a este documento.

Abriu-se a discussão do documento em causa. Pediu a palavra José Alberto da Costa em representação da CDU, apresentando uma declaração de voto em suporte de papel, com algumas questões ao executivo da Junta, designadamente; considera a Junta de Freguesia que as negociações com a Câmara Municipal resultaram numa situação favorável para que possa assumir as responsabilidades agora assumidas?; considera a Junta de Mafamude deter condições materiais (económicas e humanas) para responder a estas responsabilidades?; tem a Junta de Freguesia planos para reforçar os seus serviços neste contexto? E se Prevê a Junta de Freguesia de Mafamude necessidade de vir a subcontratar alguma da resposta às responsabilidades agora assumidas?. Declaração que aqui se reproduz para os devidos efeitos, fazendo parte integrante da presente ata como documento 17.

Foi dada a palavra ao Sr Presidente da Junta para responder, que comunicou que a Junta fez o cálculo comparando as despesas necessárias para fazer face a estas competências assumidas, e que o aumento do valor acordado com a Câmara, referido na explicação que deu ao documento, foi solicitado em virtude da necessidade apurada de obter mais meios financeiros para assumir as competências. A Junta irá planear a sua intervenção nestes domínios, Acrescentou ainda a existência de um interesse mútuo entre a Câmara e a Junta para doravante poder assumir outras competências, nomeadamente com a gestão dos balneários públicos.

Aberto o período de votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

4.2. Apreciação e discussão da minuta da proposta de Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e diversas entidades, instituições e coletividades;

O Sr Presidente da Assembleia de Freguesia, comunicou que conforme ficou definido entre os líderes dos vários partidos desta Assembleia, os seis protocolos relativos a este ponto da ordem do dia seriam apresentados, discutidos em conjunto para depois se proceder à votação em separado.

4.2.1. Apreciação, discussão e votação do Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e o Clube dos Fãs do Badminton de Gaia;

4.2.2. Apreciação, discussão e votação do Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e o Futebol Clube de Gaia;

4.2.3. Apreciação, discussão e votação do Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e a Escola Secundária Almeida Garrett (GarrettGym);

4.2.4. Apreciação, discussão e votação do Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e o Centro Recreativo de Mafamude;

4.2.5. Apreciação, discussão e votação do Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e o Grupo Folclórico de Danças e Cantares de Mafamude;

4.2.6. Apreciação, discussão e votação do Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e o COLGAIA - Clube de Desporto Escolar;

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentar os documentos, que referiu que os protocolos incidem sobre o regulamento de atribuição de subsídios, receberam vários contributos das instituições que foram tidos em conta para a formulação destes documentos. Aos protocolos referentes a estas instituições seguir-se-ão outros destinados a diferentes entidades. Explicou os valores atribuídos a cada coletividade.

Foi aberto o período de discussão, sem ter havido qualquer intervenção.

Aberto o período de votação individual de cada um dos documentos, resultou o seguinte:

O Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e o Clube dos Fãs do Badminton de Gaia foi aprovado por unanimidade

O Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e o Futebol Clube de Gaia foi aprovado por unanimidade.

O Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e a Escola Secundária Almeida Garrett (GarrettGym) foi aprovado por unanimidade.

O Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e o Centro Recreativo de Mafamude foi aprovado por unanimidade.

O Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e o Grupo Folclórico de Danças e Cantares de Mafamude foi aprovado por unanimidade.

O Protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e o COLGAIA - Clube de Desporto Escolar foi aprovado por unanimidade.

4.3. Discussão e votação da Proposta de Ratificação do Protocolo celebrado entre a Junta de Freguesia de Mafamude e a Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Vila Nova de Gaia.

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia para apresentar o documento. Disse que este protocolo vem no sentido de reforçar aquilo que é a colaboração tida com a Cruz Vermelha, nomeadamente no centro comunitário, na vertente do apoio psicó-social, e atividade dos idosos, para ter novos elementos no centro social que permita a existência uma dinâmica no período de manhã e de tarde, o que não acontecia anteriormente.

Abriu-se o período de discussão, sem ter havido qualquer inscrição.

Abriu-se o período de votação, tendo o documento sido aprovado por unanimidade.

4.4. Discussão e votação da Proposta de Ratificação do Contrato de Comodato celebrado entre a Gaiurb - Urbanismo e Habitação E.M. e a Junta de Freguesia de Mafamude;

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia para apresentar o documento. Comunicou que a cedência do espaço previsto no contrato é a título gratuito, com a finalidade de concretizar uma Academia Sénior. Apesar da existência dos dois centros de convívio, falta esta valência à Freguesia. No decurso da ideia que o Executivo tinha surgiu a possibilidade através do Município e da Gaiurb de aproveitarmos este espaço para concretizar em breve o projeto. Será seguramente uma mais valia para a Freguesia.

Abriu-se o período de discussão. Tomou a palavra o membro do PS José Carlos Soares, que afirmou que o PS não se opõe ao projeto ou à ideia e à celebração de um protocolo para esse fim, no entanto, levanta dúvidas sobre o período de tempo deste comodato, que está previsto para três anos, uma vez que a Junta terá de investir no espaço e poderá no final do período ficar sem o espaço. Nesse sentido entende que deveria ser previsto um período mais longo. Solicitou ainda a clarificação do nome usado para o projeto, será uma Universidade Sénior ou Academia Sénior.

Respondeu o Sr. Presidente da Junta ao referir que é apenas uma questão de nomenclatura. Quanto ao período, está relacionado com o período do mandato atual, para poder deixar em aberto a situação para quem formar o Executivo da Junta no próximo mandato, destacando que está salvaguardado no documento a opção da renovação do comodato, se os executivos assim o quiserem.

Abriu-se o período de votação, tendo o documento sido aprovado por unanimidade.

Pediu a palavra o membro do PS José Carlos Soares para manifestar uma declaração de voto. Repetiu que o documento era interessante e que teria sido mais profícuo celebrar um contrato deste tipo por um período mais longo.

4.5. Apreciação, discussão e votação da Proposta de Regulamento de Orçamento Participativo, nos termos da alínea f), do nº 1, do artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro;

4.6. Apreciação, discussão e votação da Proposta de Regulamento de Taxas e Licenças da Junta de Freguesia de Mafamude, nos termos da alínea f), do nº 1, do artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; aprovado

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia para apresentar os dois documentos. Quanto à Proposta de Regulamento do Orçamento Participativo referiu que foi aumentado o valor destinado a este projeto, tendo em conta a importância na promoção de ideias positivas e construtivas para a nossa comunidade. A atual proposta de regulamento teve em conta os contributos que surgiram durante o período de consulta pública do documento. Foram efetuadas alterações aos critérios vigentes no regulamento, nomeadamente no que toca à votação, às limitações temporais de nova candidatura, com a introdução de critérios de sustentabilidade, na

avaliação do processo, na temática do conflito de interesses e na ficha da candidatura, entre outros.

Quanto à Proposta de regulamento de taxas e licenças, afirmou que a proposta enviada e discutida com os partidos manteve-se até ao dia de hoje, mas em função da discussão e por reconhecer que eram devidos alguns ajustes, procederam a algumas alterações ao diploma apresentado para esta Assembleia. Não houve nesta parte contributos durante a consulta pública, no entanto, o documento inicial foi discutido com todos os partidos à exceção do Chega pelos motivos já explicados. A proposta inicial tinha em conta o aumento com os recursos humanos e os custos diretos e indiretos da Junta de Freguesia e tinha como base a mesma metodologia do regulamento anterior de 2022. Desde esse ano houve um aumento de várias despesas e custos da Junta de Freguesia, nomeadamente com os recursos humanos, a massa salarial aumentou entre 2022 e 2026 cerca de 54%, assim como, os custos diretos e indiretos também aumentaram bastante. Tendo em conta que os valores do regulamento em causa não sofriam alterações desde 2022, continha a proposta inicial um aumento médio de cerca de 21.5%, usando como exemplo que um atestado passaria de quatro para cinco euros, sendo certo que esse aumento não refletia a subida dos custos, conjuntamente com a inflação. Apesar disso, o executivo tentou mitigar o aumento da proposta inicial e introduziu um critério mais objetivo para a atualização dos valores. Nesse sentido, a taxa de desincentivo do cemitério não vai ser alterada e o executivo propõe uma atualização das taxas em função do índice de preço ao consumidor durante o período de 2022 a 2026, que será de 17%. Este aumento tem como finalidade também a valorização do trabalho dos funcionários da Junta de Freguesia, combatendo a precariedade da condição de alguns para que possam ingressar no quadro.

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia após a alteração apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, esclareceu então que o diploma distribuído aos membros desta Assembleia tinha sido retirado da ordem do dia e que a proposta tinha sido alterada para uma atualização dos valores das taxas previstas no Regulamento em vigor, com base no índice de preço aos consumidores entre 2022 e 2026, ou seja, uma atualização dos valores em 17%. Em consequência dessa alteração, questionou aos membros presentes na Assembleia se manifestavam qualquer oposição à alteração da proposta e continuação dos trabalhos neste ponto. Não houve qualquer oposição manifestada à alteração. Antes de retomar a Assembleia e uma vez que o executivo tinha para distribuir um documento que se junta para os devidos efeitos a esta ata como documento 18, documento esse contendo a alteração proposta, o Presidente da Assembleia de Freguesia decidiu suspender por um breve período a Assembleia para a devida análise do documento pelos partidos.

Retomada a Assembleia o Sr. Presidente da Assembleia voltou a perguntar aos membros da mesma se alguém se opunha à alteração da proposta e continuação dos trabalhos para a discussão e votação da mesma, sem que ninguém tivesse manifestado essa intenção.

Abriu-se o período de discussão. Tomou a palavra o membro do PS Jorge Pacheco interpelou o executivo sobre o regulamento de Taxas e Licenças e referiu que o PS foi chamado a apresentar as suas propostas já no final do período de auscultação pública, que no entendimento do seu partido devia ter sido feita antes do período de auscultação pública. Sobre as taxas atualmente em vigor referiu que foram atualizadas em abril de 2022 e antes disso em 2005 ou 2009. Estas taxas são imputadas à população e por isso necessitam de alguma atenção. O Sr. Presidente da Junta regozijou-se e bem com os encaixes de receita extraordinária que recebeu da Câmara Municipal, e consequentemente no aumento de receita da Junta. Ora para o PS as pessoas estão no centro das suas políticas. O PS fez o aumento em 2022 do valor das taxas devido ao facto de

ter estado a governar a então união de freguesias e nos seus mandatos, teve de enfrentar os constrangimentos gerados por várias crises, tais como a crise do Covid, a crise financeira, entre outras, e nesse período existiram aumentos do salário mínimo nacional ou aumentos intercalares da função pública e as dificuldades e os aumentos da despesa não foram repercutidos na população. Esta é uma questão de opção política que distingue este executivo do anterior. No entanto, o PS reuniu com o executivo da Junta e apresentou uma contraproposta que passava por viabilizar apenas um aumento das taxas relativamente às festas e na taxa de desincentivo do cemitério. Curiosamente esta última taxa na proposta apresentada mantém-se inalterada. No que se prende com as questões de resolução de precariedade laboral na Junta, expressou que em oito anos de executivo do PS foram integrados no quadro dezasseis funcionários da junta. O PS não aceitará estes aumentos.

Tomou a palavra José Carlos Soares por parte do PS para pronunciar-se quanto ao aumento proposto que no seu entender é uma afronta à população, referindo ainda que com maiorias absolutas nos últimos mandatos o PS nunca propôs um aumento destes. As taxas são elevadíssimas e para além disso vivemos em período de crise o que deveria demover a Junta para este tipo de aumentos, sobretudo em taxas que acabam por se aplicar diretamente às pessoas e famílias, nomeadamente as do cemitério. Mesmo a alteração sugerida que reduz o aumento para 17% é excessivamente agressiva. No passado o PS alterou o valor das taxas tendo por base o fator da taxa de inflação. Reafirmou que o seu partido apenas poderá ceder na taxa de desincentivo e nas taxas imputadas às festas, prevendo um aumento apenas nestas. Quanto às outras não aprovará qualquer aumento.

Tomou a palavra José Alberto da Costa pela CDU para uma declaração que apresentou por escrito e que se reproduz aqui para os devidos efeitos, fazendo parte integrante da atual ata como anexo 19.

Tomou a palavra Luís Soares do PS sobre a proposta de Regulamento do orçamento participativo, assinalou que o artigo 3º da proposta não especifica o valor a atribuir ao orçamento, nem o valor mínimo e máximo a atribuir a cada projeto contemplado, o que deveria estar concretizado. Para além disso, salientou que artigo 11º da proposta devia de ser mais clara, porque aparentemente permite que um projeto ou candidatura possa receber a totalidade do valor anual. O PS pretende que seja inscrito o valor total anual para o orçamento participativo e uma fixação clara do montante máximo para cada projeto.

Alexandre Vila Real do Chega pediu a palavra para manifestar a sua oposição à proposta de regulamento das taxas e licenças, começando por dizer que o valor dos atestados em muitas freguesias de Gaia é mais baixo do que o proposto pelo executivo e ainda, assinalou a existência de uma redução das isenções neste documento. Apresentou a sua declaração de voto, em defesa dos Mafamudenses, pelo facto dos aumentos serem excessivos e descabidos. Referiu-se a vários exemplos de taxas que comportam aumentos desmedidos o que revela a falta de sensibilidade social do executivo. Em concreto, utilizou o exemplo com a limitação ou redução das isenções concedidas apenas para os dois primeiros requerimentos apresentados em cada ano civil, ser um exemplo claro da injustiça deste diploma. Decorrente do exposto anunciou que o Chega votará contra.

Por parte da IL António Ferreira tomou a palavra, referindo que é a favor da aplicação de uma indexação aos aumentos de taxas, uma vez que, não faz muito sentido congelar as taxas só por vontade política. No entanto, convidou o executivo a rever o documento, tendo em conta a

importância de poder haver alguma variação positiva nos aumentos propostos para certos serviços.

Respondeu o Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Começou por responder ao PS quanto às questões levantadas sobre a proposta de regulamento do orçamento participativo dizendo que o valor de 10.000,00 euros está definido no orçamento e determinado em edital, sendo certo que o Executivo pretende até aumentar o valor do orçamento participativo no próximo ano se assim for possível. Acrescentou ainda, na mesma temática que caso sejam duas as candidaturas vencedoras o valor entregue será de 5.000,00 euros para cada uma. Foi ainda acrescentado que as alterações formuladas neste regulamento tiveram em consideração alguns contributos obtidos na consulta pública. Esclareceu a CDU relativamente ao valor aplicadas às feiras que estes dizem respeito não à feira do Levante mas sim a feiras extraordinárias que possam ter lugar. Sobre as declarações do PS acha surpreendente que os elementos que discursaram possam dizer que o PS não aumentou o valor das taxas e nesse sentido irá salientar os factos concretos do aumento operado em 2022. Nesse ano, a Junta governada pelo PS procedeu a um aumento em função da taxa de inflação, da taxa de mão de obra e do aumento do valor do salário mínimo, o que equivale aos mesmos critérios agora adotados nesta proposta em análise. O IPC de 2019 a 2022 era de 9.4% e o executivo anterior nesse período aumentou o valor dos atestados em 11%, ou seja, acima do valor do IPC. Ao contrário, a proposta aqui apresentada não está acima do valor do IPC mas respeita esse valor. Os atestados de vida entre 2019 e 2022 durante os mandatos do PS aumentaram 29%, tendo em conta que o IPC neste período era de apenas 9.4%. Respondendo à questão da falta de sensibilidade social, este executivo não pretende aumentar a taxa de desincentivo do cemitério, porque se aumentasse em função do IPC passaria para um valor próximo dos 1000, 00 euros. Ainda sobre os aumentos praticados pelo PS, nos alugueres da capela grande do cemitério a 30 horas, o valor entre 2019 a 2022, foi aumentado em cerca de 54%, passou de 61 euros para 95 euros, para além disso, o aluguer de ossários a 3 anos, no período de 2019 e 2022 sofreu um aumento de 43%. De facto, na reunião tida com o PS, o partido referiu que não estava disponível para viabilizar aumentos em taxas administrativas e do cemitério, no entanto, como referiu o PS praticou esses aumentos na última revisão deste Regulamento de taxas e licenças, podendo concluir-se que o PS tem uma prática no executivo e outra na oposição. Lamentou o facto do PS ter baseado as respostas neste ponto com inverdades, sabendo que este executivo tinha os dados. Reafirmou por fim que, o executivo apenas pretende fazer a atualização dos valores conforme o índice de Preço aos Consumidores (IPC).

O SR. Presidente da Assembleia solicitou aos membros se podia prorrogar o tempo desta Assembleia para mais uma hora, sem que tenha havido qualquer oposição pelos membros presentes.

Tomou a palavra Alexandre Vila Real do Chega para referir que o aumento proposto pelo atual executivo é incomparavelmente superior ao realizado pelo anterior executivo bem mais moderado e acrescentou que, o Chega nessa altura votou contra os aumentos propostos, e ainda, reafirmou o seu voto contra esta proposta.

Tomou a palavra o Jorge Pacheco do PS, para desafiar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia a comparar o exercício de sete meses de mandato com os doze anos do PS e até antes destes os quatro anos do mandato do PSD com maioria absoluta na Junta de Freguesia. O PS durante os seus mandatos nunca aumentou as taxas como agora pretende fazer este executivo. Relativamente aos aumentos, o expressou que compete ao Executivo encontrar receitas extraordinárias para poder governar a Junta, para não imputar as despesas diretamente aos

Mafamudenses, algo que o PS salvaguardou durante os seus mandatos. Salientou ainda que, os aumentos praticados em 2022 foram aplicados naqueles montantes porque os valores das taxas já não eram aumentados desde 2005, a título de exemplo, referiu que no cemitério estava-se quase a atingir o valor do custo normal para um ossário relativamente à taxa praticada à data e que por análise do tesoureiro da Junta verificou-se que essa circunstância era incomportável para a Junta, não obstante, mitigaram-se os aumentos num ciclo autárquico de 12 anos e não de 7 meses. Ainda, afirmou que teve a oportunidade de referir que esse aumento era reportado para o futuro, para aplicar-se em vários quadriênios, ou seja, se fosse o PS a governar a Junta não se aplicariam aumentos em 2026. Finalizou dizendo que as prioridades do PS são as pessoas e que o Executivo não pode querer onerar os Mafamudenses desta forma.

Pediu a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia para responder. Apelou à responsabilidade do PS neste tema, que governou a Junta durante um período de doze anos, para que tenham a consciência do que fizeram nesse período e o que podem fazer hoje. Afirmou que o voto contra do Chega não o surpreende foi o que o partido fez em 2022, mas lembrou que nessa votação do regulamento de taxas e licenças em 2022, votaram a favor o PS, o BE, a CDU, o CDS, o PAN, com a abstenção do PSD. Nesse sentido, lançou um desafio aos partidos que nessa altura aprovaram os aumentos das taxas para terem uma posição coerente. Ao contrário, optarão por uma posição de incoerência relativamente a estes aumentos que são inferiores tendo em conta os dados estatísticos no período entre 2022 e 2026. O PS poderia fazer o que o PSD fez em 2022, ou seja, abster-se. O voto contra evidenciará uma posição contrária a que foi tomada. Repudiou que tenha procurado justificar os aumentos com o motivo de suportar as despesas da Junta. O que se pretende é atualizar os valores que se encontram sem atualização desde 2022, utilizando uma ferramenta que é justa, da mesma forma que o PS em 2022 atualizou os valores, mesmo tendo sido com valores acima do IPC.

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia suspendeu a sessão por cinco minutos para os partidos conferenciarem.

Abriu-se o período de votação destes dois documentos.

4.5. A Proposta de Regulamento de Orçamento Participativo foi aprovado com onze votos a favor, dos elementos do PSD, CDS, IL, Chega e Livre, e com oito abstenções do PS e CDU.

4.6. A Proposta de Regulamento de Taxas e Licenças da Junta de Freguesia de Mafamude foi chumbada, com dez votos contra do PS, Chega, CDU; duas abstenções do Livre e IL, e sete votos a favor do CDS e PSD.

4.7. Apreciação da Informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Foi o documento apresentado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que aqui se dá por integralmente reproduzido, como documento 20 com a presente ata.

Aberta a discussão pediu a palavra a Alexandre Vila Real do Chega, na sua intervenção deu os parabéns ao trabalho desenvolvido pelo Executivo nos vestiários dos funcionários da Junta, uma vez que era indigno que os mesmos trabalhassem naquelas condições, assim como, saudou a iniciativa Feira do emprego. Questionou a assessoria jurídica que a Junta celebrou com o Dr. João Telmo Espinhaço, no sentido de saber se o prestador de serviços é a pessoa que desempenhou

funções na Assembleia da União de Freguesias do mandato anterior e que agora presta assessoria jurídica no valor de 19.800,00 euros.

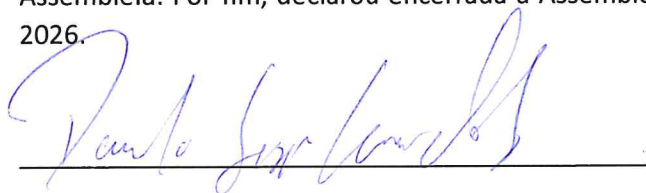
Pediu ainda a palavra José Alberto da Costa em representação da CDU para perguntar ao executivo se estava ao corrente de uma proposta inserida noutras informações prestadas em determinadas freguesias de Gaia acerca da proposta de criação de um conselho local para o movimento associativo e se foi suscitada a sua opinião sobre o tema.

O Sr. Presidente da Junta pediu a palavra para responder, em resposta ao ponto levantado pela CDU afirmou que foi o tema discutido em sede de Assembleia Municipal, a Junta tem uma ideia e uma proposta trabalhada mas está a aguardar aquilo que vai ser a intervenção do executivo camarário sobre o assunto para não ter de replicar projetos já em curso. Relativamente à questão levantada pelo Chega, confirmou que a contratação de assessoria jurídica na pessoa do Dr. João Telmo Espinhaço, é publica tendo sido publicada no portal base.gov.pt, não obstante o valor não é o que foi transmitido, mas sim 6.600,00 euros anuais, ou seja, 550,00 euros por mês.

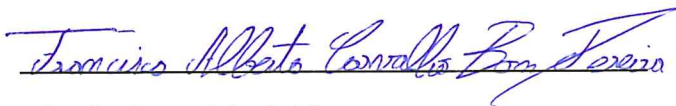
Pediu a palavra em representação do PS Jorge Pacheco, afirmou que ao contrário da posição do PSD manifestada no último quadriénio que se insurgiu contra uma avença celebrada pela então executivo de valor inferior, o PS não vê qualquer tipo de problema com a avença agora celebrada.

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia tomou a palavra para esclarecer que aquilo que se passou com o anterior executivo da Junta foi que houve uma critica feita ao anterior executivo, pela celebração pela Junta de freguesia de uma assessoria jurídica com alguém que estava no escritório da então Sra Presidente da Junta de Freguesia, sendo questões totalmente diferentes.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia fez a leitura da minuta da Ata, colocando-a de seguida a votação, que mereceu a aprovação por unanimidade dos membros presentes nesta Assembleia, referindo que Ata integral irá ser reduzida a escrito e será enviada aos líderes dos partidos representados na Assembleia para ser aprovada na próxima Assembleia. Por fim, declarou encerrada a Assembleia, pelas 1:11 horas, do dia 1 de Junho de 2026.



Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia



Primeiro Secretário da Mesa



Segunda Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia



MAPA DE PRESENÇAS

ASSEMBLEIA DO DIA 30/06/2026

NOME	RÚBRICA
PPD/PSD.CDS-PP-IL	
PAULO SÉRGIO DA COSTA E SILVA - PRESIDENTE	
FRANCISCO ALBERTO CARVALHO BOM PEREIRA - 1º SEC.	<i>Francisco Bom Pereira</i>
ANA DANIELA MARTINS DE OLIVEIRA - 2º SEC.	<i>A</i>
VENERANDA DE LURDES BABOSA CARNEIRO <i>falta</i>	
<i>Rui Miguel Pinto Pedrosa</i>	<i>Rui Miguel Pinto Pedrosa</i>
ANTONIO JOSE AREIAS DE MIRANDA	<i>Antonio Jose Areias de Miranda</i>
<i>Francisco Jorge Leal Nantimari</i>	<i>Francisco Jorge Leal Nantimari</i>
ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA FERREIRA	<i>António José da Silva Ferreira</i>
LUIZ FILIPE MOREIRA DE CRUZ GOMES	
JOAQUIM CARLOS OLIVEIRA NEVES <i>falta</i>	
<i>João Pedro de Silva Trindade</i>	<i>João Pedro de Silva Trindade</i>
PS	
ALEXANDRA MÓNICA SOARES AMARO	<i>Alexandra Soares Amaro</i>
JORGE MIGUEL ALVES FERREIRA PACHECO	<i>Jorge Miguel Alves Ferreira Pacheco</i>
DANIELA PEREIRA VIEIRA <i>falta</i>	
<i>Rosa Alexandra Pires de Castro Vaz</i>	<i>Rosa Alexandra Pires de Castro Vaz</i>
PAULO RUI ALVES DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA <i>falta</i>	
<i>David Augusto Pereira Botelho</i>	<i>David Augusto Pereira Botelho</i>
JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA MORAIS SOARES	<i>Jose Carlos de Almeida Moraes Soares</i>
ELSA MARIA ALMEIDA PINTO	<i>Elsa Maria Almeida Pinto</i>
LUIS CARLOS SALGUEIRO SOARES	<i>Luís Carlos Salgueiro Soares</i>
CHEGA	
ALEXANDRE MIGUEL CAPACHO VILA REAL	<i>Alexandre Miguel Capacho Vila Real</i>
NELSON GUILHERME TEIXEIRA AGUIAR	<i>Nelson Aguiar</i>
BE+LIVRE	
DAVID ALEXANDRE MICAEL PEREIRA	<i>David M Pereira</i>
CDU - Coligação Democrática Unitária	
JOSÉ ALBERTO PEREIRA MOTA DA COSTA	<i>Jose Alberto Pereira Mota da Costa</i>

NOTA: Sempre que se verifiquem novas substituições, devem fazer chegar via email (rosa.leite@mafamude) a ficha de registo de dados para efeitos de processamento, pagamento de senhas de presença



Junta de Freguesia de Mafamude

MOÇÃO

Apoio informativo e jurídico de proximidade aos fregueses

O Estado, nas suas múltiplas dimensões, comunica frequentemente com os cidadãos através de linguagem técnica e formal, nem sempre acessível à generalidade da população.

Notificações dos tribunais, comunicações da Autoridade Tributária e Aduaneira, da Segurança Social ou de outros serviços públicos podem gerar dúvida, ansiedade e, por vezes, inação perante prazos e direitos relevantes. Esta dificuldade afeta de forma mais acentuada os fregueses com menor literacia jurídica e aqueles com menos recursos para recorrer a aconselhamento profissional.

A Junta de Freguesia, enquanto nível de administração mais próximo dos cidadãos, encontra-se numa posição privilegiada para funcionar como efetivo elo de ligação entre os cidadãos e o Estado.

O LIVRE propõe, por isso, que a Junta de Freguesia disponibilize, em alguns períodos por semana, a título experimental, um serviço de apoio jurídico aos cidadãos. Este serviço incluiria, por exemplo, o auxílio na interpretação de cartas e notificações judiciais, comunicações da Autoridade Tributária e Aduaneira e de outros documentos provenientes de serviços do Estado.

Naturalmente, este apoio não substitui a consulta jurídica especializada que cada caso concreto possa exigir, constituindo antes um primeiro ponto de informação, esclarecimento e encaminhamento para os mecanismos de acesso ao direito e aos tribunais já existentes.

Não se pede um investimento avultado, nem a criação de uma nova estrutura permanente. Pede-se, apenas, que o Executivo diligencie no sentido de implementar esta valência na Junta, da forma que achar mais conveniente, podendo o seu custo ser mitigado através de

protocolos com a Ordem dos Advogados, com instituições de ensino superior ou com o recurso a programas de voluntariado qualificado.

Mafamude tem na proximidade da sua Junta de Freguesia uma vantagem que poucos outros níveis de administração possuem. Exortamos esta Assembleia, e o Executivo, a aproveitar esta vantagem de proximidade para fazer a diferença na vida concreta dos fregueses, em especial daqueles que, por falta de recursos ou de informação, se sentem hoje desamparados e até isolados perante o Estado.

Pelo membro da Assembleia de Freguesia pelo LIVRE

David M. Pereira
David M. Pereira

Sessão do dia 30 de Junho de 2026.

Apresentação da moção de protesto, pelo PS

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Senhor Presidente da Junta, demais membros, senhores deputados da Assembleia e demais público, boa noite e muito obrigada pelo uso da palavra.

Independentemente da visão política de cada um, penso que em consciência, todos consideramos que o SNS é um serviço que garante que todos os cidadãos têm direito à proteção da saúde, independentemente da sua condição económica, etnia ou idade. Sim, o SNS tem muitos problemas, mas eu falo por experiência própria, pois trabalhei em diferentes países e conheço o funcionamento dos seus sistemas e, posso afirmar, sem qualquer dúvida e, apesar dos problemas graves que tem o nosso SNS, este, ainda é dos melhores. Cabe a cada um de nós, uma defesa efetiva e persistente, da sua continuidade e da sua melhoria. Basta pensarmos numa catástrofe, que pode ocorrer a qualquer momento: quem nos acode, a quem recorremos? Lembremo-nos que, nesses momentos, o poder económico de cada um, não lhe serve de muito. É o SNS que assegura a prontidão e a logística para emergências médicas, catástrofes naturais ou crises de saúde pública (como pandemias), áreas que o setor privado não tem capacidade nem vocação para gerir de forma estrutural.

É, por isso que, com preocupação, o Partido Socialista constata a falta de investimento do governo na ULS Gaia/Espinho, pelo que propomos a votação de uma moção de protesto, que passo a ler.

Elsa Pinto



Pac 3

PARTIDO SOCIALISTA
MAFAMUDE

MOÇÃO DE PROTESTO

Falta de investimento do Governo na ULS Gaia/Espinho faz disparar o número de utentes sem médico de família e tempos de espera

Os últimos dois anos quebraram um ciclo histórico de investimentos, em que os centros de saúde de Vilar de Andorinho e Madalena, a requalificação da Urgência e a nova Urgência Pediátrica, Maternidade, Serviço de Obstetria/Ginecologia, Serviço de Pediatria e Unidade de Neonatologia, Unidade de Cuidados Intensivos, o Serviço de Psiquiatria, Unidade de Neurocríticos e o Heliporto recém-inaugurado constituem os exemplos mais significativos da aposta feita na ULS Gaia/Espinho entre 2016 e 2024.

Os dados mais recentes sobre a nossa ULS recuam a março deste ano e são demasiado preocupantes para ficarmos de "braços cruzados". É preciso agir e pressionar o Governo a investir na nossa ULS! Compete também à Assembleia de Freguesia de Mafamude travar esta luta.

É igualmente preocupante a perda de capacidade de resposta da ULS Gaia/Espinho face às necessidades dos seus utentes, com destaque para o aumento do número de utentes sem médico de família: em março passado, os Cuidados de Saúde Primários (CSP) registavam 11.894 utentes sem médico de família, um aumento de 316% face ao período homólogo de 2025. Os dados de abril 2026 mostram já 11 990 utentes sem médico de família, em comparação com apenas 3905 utentes sem médico de família em abril 2025: Gaia ocupava nessa altura o 5º lugar das 14 ULS da região Norte com mais utentes com médico de família (98.9%). Em abril de 2026, a ULS Gaia Espinho fica em 12º lugar das 14 ULS do Norte, com 96.6% de utentes com médico de família.

Ainda a nível dos CSP, e particularmente preocupante numa ULS que fez um investimento tão grande na área da Saúde da Mulher e da Criança, houve uma diminuição significativa no que diz respeito à primeira consulta no domicílio até aos 15 dias de vida. Os valores em 2026 oscilam entre 17 e 20%, dos piores resultados do Norte. Em 2024, eram de 35%.

O nível global de consultas dos CSP nos primeiros três meses deste ano diminuiu quase 10% em relação aos primeiros três meses de 2024.

No Hospital, houve diminuição do número de consultas e de cirurgias, com aumento exponencial dos tempos de espera:

- 1- O número acumulado de cirurgias realizadas até março (8.984) diminuiu cerca de 9,5% face a igual período do ano anterior (9.922);
- 2- Quanto às primeiras consultas hospitalares realizadas, o número acumulado até março diminuiu para 50.520, quando no primeiro trimestre de 2025 foi de 52.410;





- 3- Especialidades como Oftalmologia, Ortopedia, ORL, Urologia e Neurocirurgia apresentam tempos de espera elevados e milhares de doentes em lista de espera. Por exemplo: oftalmologia apresenta um tempo médio previsto de espera superior a 310 dias; Urologia superior a 380 dias; Ginecologia superior a 240 dias; e ortopedia próxima dos 220 dias.

Por fim, e não menos importante, o adiamento sucessivo da elevação da ULS Gaia/Espinho ao nível de Hospital Universitário. Além do reforço orçamental, de ganhos relacionados com a fixação de profissionais de saúde e da aposta na ciência e inovação, a elevação a Hospital Universitário protege a nossa ULS da desvalorização política e financeira, como hoje acontece. Há dois anos, este processo encontrava-se bastante adiantado do ponto vista técnico e político, tendo como parceira a Universidade de Aveiro.

Assim, perante a degradação da capacidade de resposta dos Cuidados de Saúde Primários e cuidados hospitalares, a Assembleia de Freguesia de Mafamude delibera:

- 1- Manifestar a sua preocupação pela falta de investimento do Governo ao longo dos últimos dois anos;
- 2- Exigir ao Governo o arranque a breve prazo da segunda fase da requalificação do Hospital;
- 3- Exigir ao Governo respostas rápidas e eficazes que levem à redução do número de utentes sem médico de família e dos elevados tempos de espera que ocorrem em grande parte das especialidades, como também resposta urgentes para o necessário aumento do número de cirurgias e consultas.
- 4- Exigir ao Governo a conclusão breve do processo de elevação da ULS Gaia/Espinho ao nível de Hospital Universitário.

Vila Nova de Gaia, 30 de junho de 2026

Os Membros da Assembleia de Freguesia de Mafamude do Partido Socialista



**Assembleia de Freguesia de Mafamude****PAOD - Saudação****Saudação à derrota do Pacote Laboral**

Numa altura em que os trabalhadores, o povo e a juventude se confrontam com os projectos e a agenda do grande capital e a política anti-social, antipatriótica, antidemocrática e contra a Constituição, levada a cabo por um governo que, com o apoio dos partidos da política de Direita, está com pressa em concretizar o seu plano de assalto aos recursos públicos e ataque ao Serviço Nacional de Saúde, à Escola Pública, à Segurança Social, aos serviços públicos, de novas privatizações e mais benefícios aos grupos económicos, a verdade é que a luta dos trabalhadores derrotou uma das peças centrais da ofensiva em curso, e a sua vitória marca a situação nacional.

Uma vitória de grande significado, pelas medidas em concreto que travou, pelo isolamento a que levou do Governo PSD/CDS mas também do Chega e da IL que desde a primeira hora estiveram com este ataque, uma vitória que desmentiu a narrativa do capital e dos que se colocam ao seu serviço e confirmou a força organizada dos trabalhadores.

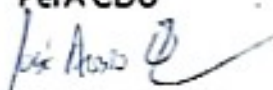
Uma grande vitória dos trabalhadores, uma grande vitória da CGTP-IN, de todas as estruturas sindicais e organizações de trabalhadores que de facto assumiram esta luta, de todos os que com ela foram solidários, ao longo dos 330 dias de uma mobilização e luta que se desenvolveu ao longo do último ano, com destaque para as greves gerais de 11 de Dezembro e 3 de Junho.

Uma grande vitória que contou com a intervenção determinada das forças políticas que compõem a CDU e que esta saúda com imensa alegria e confiança.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Mafamude, reunida em sessão ordinária de 30 de junho de 2026, determina:

1. Saudar os trabalhadores da Freguesia, do Concelho e do Distrito que, com a sua luta de 11 meses, ajudaram a derrotar, no dia 19 de junho de 2026, o Pacote Laboral apresentado pelo Governo do PSD/CDS à Assembleia da República.
1. Solidarizar-se com a luta dos trabalhadores, salientando a sua justeza e apontando, ao mesmo tempo, a necessidade de continuar a procura por soluções para a elevação das condições de vida de quem trabalha, com respeito e salvaguarda dos direitos e valorização dos salários.

Pel'A CDU


(José Alberto Costa)

Assembleia de Freguesia de Mafamude

PAOD - Moção

Contra a Pressão Imobiliária em Mafamude e em Vila Nova de Gaia

Apesar de todas as denúncias e propostas de uma política de habitação virada para os interesses dos mafamudenses apresentadas pela CDU, Mafamude e Vila Nova de Gaia têm-se transformado paulatinamente numa freguesia e concelho cada vez mais inacessíveis para quem aqui vive e trabalha.

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo n.º 65.º, estabelece que *«todas têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar»*, cabendo ao Estado promover, em colaboração com as autarquias locais, *«a construção de habitações económicas e sociais»*, bem como definir *«as regras de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos, designadamente através de instrumentos de planeamento»*.

Todavia, a falta de responsabilidade de sucessivos governos no cumprimento deste direito constitucional, respaldados por executivos camarários que não souberam ou quiseram combater esta situação, tem servido para o exacerbar de um modelo habitacional vigente que valoriza investidores e especuladores, mas que ignora os moradores, aprofundando desigualdades e aprofundado uma imensa pressão imobiliária.

Esta pressão tem tido impactos intensamente negativos seja no aumento generalizado das rendas e prestações; seja na constante e crescente poluição sonora e ambiental causada pelas obras recorrentes; seja no incómodo e alteração da vida quotidiana, como no caso dos moradores do Largo de Laborim, que há largos meses estão privados, por causa de um estaleiro de obras, da utilização da grande maioria deste arruamento bem como da fruição do espaço verde que nele existia; sejam, por fim, no mais brutal desalojamento, como no recente e bem publicitado caso dos moradores da Rua Garcia de Orta no Bairro do Cedro, situações às quais a CDU tem estado atenta.

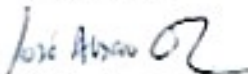
**Assembleia de Freguesia de Mafamude**

Assim, a Assembleia de Freguesia de Mafamude, reunida em sessão ordinária de 30 de junho de 2026, delibera:

1. Exigir à Junta de Freguesia de Mafamude que, dentro do limite das suas atribuições e competências, salvguarde os direitos dos seus fregueses à habitação e à fruição do espaço público;
2. Exigir ao Executivo da Câmara Municipal que exerça os seus poderes de fiscalização junto dos estaleiros de obra, protegendo os munícipes de abusos e promovendo o seu direito à fruição da via pública bem como a um ambiente liberto de poluição sonora e ambiental;
3. Exigir ao Executivo da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, e não obstante as responsabilidades do Estado Central, a resolução, dentro das suas competências, dos problemas ligados à habitação.
4. Exigir ao Executivo da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia a revisão do Regulamento de Atribuição de Habitação Pública.

2026.06.30

Pel'A CDU


(José Alberto Costa)

**Assembleia de Freguesia de Mafamude****PAOD – Recomendação****Pela Recuperação do Parque de Santa Luzia e Zona Urbanística Envolvente**

Nas últimas eleições, a CDU apresentou-se ao concelho de Vila Nova de Gaia e também à freguesia de Mafamude com um programa eleitoral ambicioso em todos os aspetos da vida dos nossos munícipes e fregueses.

Entre as suas muitas propostas, a defesa do ambiente e a qualidade de vida das populações, sob a consigna **Espaços Verdes, Saneamento e Qualidade de Vida: Serviço Público de Excelência**, foram consideradas inseparáveis de serviços públicos ambientais eficientes, acessíveis e de excelência, tendo sido notadas a necessidade de garantir a manutenção regular e digna de todos os jardins, parques e espaços verdes bem como a criação novos parques públicos e de lazer.

Os espaços verdes não são apenas locais de lazer: são fundamentais para a qualidade de vida, a saúde física e mental e a coesão social. Um serviço público ambiental de excelência deve assegurar que os parques, jardins e zonas naturais da nossa freguesia sejam mantidos, protegidos e valorizados, e que todos os mafamudenses possam usufruir de ambientes limpos, seguros e sustentáveis.

Garantir qualidade no espaço público é garantir dignidade às pessoas e consolidar Mafamude como uma freguesia justa, sustentável e valorizada.

Nos últimos anos, temos verificado que o Parque de Santa Luzia, adquirido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia ainda antes das últimas eleições autárquicas, um espaço verde de considerável valor e potencial existente na nossa freguesia tem, bem como sua zona urbanística envolvente, sido alvo do esquecimento quer por parte quer da Câmara Municipal, quer por parte a Junta de Freguesia, desaproveitando-se, assim, a possibilidade da nossa população poder usufruir deste espaço, bem como a qualidade de vida dos moradores seus vizinhos.



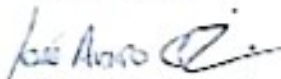
Assembleia de Freguesia de Mafamude

A esta situação acresce ainda a circunstância de, dentro dos limites do Parque coexistirem ainda as instalações desportivas do Hóquei Clube de Paço de Rei, instituição desportiva relevante da Freguesia, a habitação pessoal de alguns fregueses, e um estabelecimento de restauração.

Nesse sentido, a Assembleia de Freguesia de Mafamude, reunida em sessão ordinária de 30 de junho de 2026, recomenda ao executivo da Junta de Freguesia que, dentro do limite das suas atribuições e competências:

1. Reivindique junto da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia a recuperação do Parque de Santa Luzia, no sentido de disponibilizar este espaço verde à fruição dos fregueses de Mafamude e dos restantes munícipes;
2. Promova, em conjunto com a direção do Hóquei Clube de Paço de Rei a salvaguarda desta instituição desportiva da freguesia em manter o seu funcionamento e serviço público;
3. Promova, junto da Câmara Municipal, a defesa do direito à habitação dos moradores das habitações existentes dentro dos limites do Parque;
4. Promova a melhoria da vida dos moradores dos arruamentos limítrofes, sobretudo a Rua do Parque de Santa Luzia, que lhe serve de acesso, velando pela sua limpeza, manutenção e conservação, bem como pela liberdade de acesso dos moradores às suas casas e aos estacionamento.

Pel'A CDU


(José Alberto Costa)

Assembleia de Freguesia de Mafamude**PAOD - Moção
Regionalização, um imperativo democrático**

Constitucionalmente consagradas há 50 anos, as Regiões Administrativas continuam por concretizar.

Para lá do que esta omissão em si significa no completamento do edifício do Poder Local, o que está em causa na Regionalização não é só o cumprimento de um imperativo constitucional para a criação do nível regional na Administração do Estado, é também a criação de um instrumento de combate às desigualdades e assimetrias regionais e de desenvolvimento equilibrado e harmonioso do País e ainda uma possibilidade de aprofundamento da democracia com a participação e o controlo pelas populações das decisões políticas que a elas se dirigem.

Com a Regionalização há três possibilidades que se abrem:

- A possibilidade de definir, ao nível regional, a estratégia de desenvolvimento que se pretende prosseguir em vez de ela ser imposta de fora, a partir do Poder Central e desligada das necessidades das Regiões e das populações;
- A possibilidade de estabelecer prioridades de investimento e mobilizar recursos para o seu cumprimento, tomando essas decisões a partir de órgãos eleitos pelas populações e perante as quais esses órgãos respondem;
- A possibilidade de termos uma efetiva descentralização e uma adequação da administração do Estado e dos seus serviços.

A criação da Regionalização permite o planeamento e execução de medidas dirigidas às necessidades das populações e ao desenvolvimento regional em matérias tão relevantes como a elaboração e execução de planos de desenvolvimento económico de curto e médio prazo, o apoio às actividades produtivas, a definição de prioridades de investimento em vias de comunicação ou equipamentos sociais - sejam lares, creches, equipamentos de apoio a pessoas com deficiência ou outros -, o ordenamento do território e conservação da natureza e de recursos hídricos, a promoção da cultura física e do desporto, a valorização da cultura e do património.

A Regionalização comporta ainda uma resposta coerente e insubstituível para dar coerência a uma clara delimitação de atribuições e competências entre os vários níveis da administração (central, regional e local), para criar condições para uma política de desenvolvimento regional com a activa participação das autarquias e dos agentes económicos e sociais; para garantir a defesa da autonomia do Poder Local.

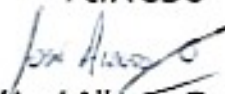
Nestas circunstâncias, face à rejeição no passado dia 24 de Junho das iniciativas apresentadas na Assembleia da República um de Lei do PCP e de uma Lei Quadro de Criação das RA e de um Projecto

**Assembleia de Freguesia de Mafamude**

de Resolução com um programa de trabalho e um calendário de acções com vista à criação e instituição em concreto das regiões administrativas, a Assembleia de Freguesia de Mafamude, reunida a 30.06.2026 delibera:

1. Expressar a opinião de que a rejeição destas iniciativas legislativas são uma contribuição negativa para a necessária e indispensável afirmação do poder local e das condições favoráveis que as Regiões Administrativas criam para o desenvolvimento regional equilibrado;
2. Apelar a que a Assembleia da República retome iniciativas convergentes com os objectivos das que agora foram inexplicavelmente rejeitadas, dando assim expressão parlamentar às reiteradas manifestações de apoio que em palavras e discursos a generalidade das forças políticas têm manifestado e que a recente votação desmente.

Pel'A CDU


(José Alberto Costa)

Voto de Louvor – Jogos Juvenis 2026

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia,

Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mafamude,

Exmos. Representantes dos partidos políticos com assento nesta assembleia,

Caríssimo público aqui presente,

Minhas senhoras e meus senhores,

O Partido Social Democrata de Mafamude apresenta hoje um voto de louvor sobre a prestação da edição dos Jogos Juvenis de 2026.

Os Jogos Juvenis constituem uma iniciativa de elevado interesse para a comunidade, promovendo o desporto, a inclusão, a convivência saudável e a formação cívica das crianças e dos jovens. Mais do que uma competição, representam um espaço de aprendizagem e desenvolvimento pessoal, onde se cultivam valores fundamentais como o respeito, a solidariedade, o espírito de equipa, a disciplina, a perseverança e o *fair play*.

O PSD de Mafamude reconhece o empenho e a dedicação das entidades organizadoras, dos estabelecimentos de ensino, das associações desportivas, dos professores, treinadores, árbitros, voluntários e de todos os colaboradores que, com elevado sentido de responsabilidade e espírito de serviço, tornaram possível a concretização deste evento, proporcionando aos participantes uma experiência enriquecedora e inesquecível.

É igualmente de enaltecer o comportamento exemplar dos jovens participantes, que demonstraram entusiasmo, compromisso e respeito pelos colegas, adversários e pelas regras da competição, evidenciando que o verdadeiro espírito desportivo assenta na participação, na superação pessoal e na valorização do esforço coletivo.

Os Jogos Juvenis representam um importante contributo para a promoção de estilos de vida saudáveis e para o fortalecimento dos laços entre a comunidade educativa, as famílias, o movimento associativo e as instituições locais, reforçando o papel do desporto como instrumento de educação, inclusão e cidadania.

30 de Junho de 2026

PSD de Mafamude

Voto de Louvor – Marchas de Mafamude e Centro Recreativo de Mafamude

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia,

Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mafamude,

Exmos. Representantes dos partidos políticos com assento nesta assembleia,

Caríssimo público aqui presente,

Minhas senhoras e meus senhores,

O Partido Social Democrata de Mafamude apresenta um Voto de Louvor a expressar o seu mais profundo reconhecimento e felicitar o Centro Recreativo de Mafamude, bem como todos os elementos da Marcha de Mafamude, pela brilhante prestação alcançada nas Marchas, culminando na conquista do honroso 2.º lugar.

Este resultado constitui motivo de grande orgulho para toda a comunidade mafamudense, refletindo o empenho, a dedicação, o talento e o espírito de união de todos aqueles que, ao longo de vários meses, trabalharam incansavelmente para representar Mafamude com dignidade, qualidade e elevado sentido de pertença.

O PSD de Mafamude reconhece o extraordinário trabalho desenvolvido pelo Centro Recreativo de Mafamude, entidade responsável pela organização e participação da Marcha de Mafamude, cuja dedicação, capacidade de mobilização e compromisso com a promoção da cultura popular foram determinantes para o sucesso alcançado.

É igualmente de enaltecer o contributo dos marchantes, ensaiadores, coreógrafos, músicos, costureiras, cenógrafos, voluntários e de todos aqueles que, de forma muitas vezes discreta, colocaram o seu tempo, esforço e talento ao serviço deste projeto coletivo, tornando possível uma apresentação de excelência.

Assim, PSD de Mafamude apresenta este Voto de Louvor ao Centro Recreativo de Mafamude e a todos os elementos da Marcha de Mafamude, felicitando-os pela conquista do 2.º lugar nas Marchas e agradecendo o inestimável contributo prestado para a promoção da cultura, das tradições e do prestígio de Mafamude.

30 de Junho de 2026

PSD de Mafamude



MOÇÃO

Moção / Proposta para combate ao isolamento de idosos na Freguesia de Mafarnade

Os membros do partido CHEGA desta Assembleia, no uso de suas atribuições, vêm por este meio propor a presente moção:

Considerando os dados demográficos que confirmam o envelhecimento da população nas últimas décadas, associado às inúmeras condições que podem resultar em situações de isolamento nos grupos etários acima dos 65 anos;

Considerando que cabe às próprias sociedades, à Protecção Civil, aos Municípios e às Juntas de Freguesia, em proximidade com a população, acautelarem a referenciação e monitorização destas situações;

Considerando o número crescente de utentes em situações de Fragilidade e de Casos Sociais, que vemos diariamente serem identificados no Serviço de Urgência da nossa ULS de Gaia;

Propomos que a Junta de Freguesia, juntamente com associações de voluntariado, com apoio das USFs da Freguesia, da GNR, dos Bombeiros, da Cruz Vermelha e de outras entidades possam promover um levantamento de situações de risco.

Que seja possível identificar e referenciar precocemente esses casos, de forma a poderem actuar preventivamente ou de uma forma efectiva, seja a curto / médio prazo, evitando assim o abandono e a degradação sanitária e humana a que vemos chegarem alguns casos;

Que seja um projecto pioneiro no Município e que possa estender-se às demais Freguesias de Gaia, um dos Conselhos com maior densidade populacional do país, com uma área rural significativa e com muitas pessoas em situações de carência económica e sanitária.

Diante do exposto, solicitamos a cuidada apreciação e aprovação da presente moção.

Local e data: Gaia, 30 Junho de 2026

Assinatura(s):

Alexandre Miguel Viana
Nelson Guilherme Teixeira Aguiar



MOÇÃO

Moção / Proposta para Auditoria à Iluminação Pública

Os membros do partido CHEGA desta Assembleia, no uso de suas atribuições, vêm por este meio propor a presente moção:

Considerando a crescente insegurança, o aumento do número de assaltos e de actos de vandalismo registados no Município;

Considerando que é fundamental existir uma adequada visibilidade nas ruas e espaços públicos da cidade, de forma a limitar acidentes e a permitir-se a circulação de pessoas e de veículos em condições de segurança;

Considerando que, numa cidade moderna, cada vez mais procurada e utilizada no período nocturno, quer pelos seus habitantes quer pelos turistas, torna-se fundamental aumentarmos a percepção de segurança e torna-la efectiva;

Propomos que a Junta de Freguesia de Mafarnade possa fazer um levantamento das áreas com fraca iluminação ou inexistente, priorizando intervenções nas que se mostrem mais críticas, recuperando equipamentos danificados, substituindo-os ou instalando novos equipamentos onde se verificar necessário ou adequado.

Uma cidade bem iluminada e sinalizada, permite uma vigilância mais adequada, tornando-se uma cidade mais segura, que chama mais gente, que estimula a economia e que promove o afastamento do crime, desencorajando actos de prevaricação e de vandalismo.

Diante do exposto, solicitamos a cuidada apreciação e aprovação da presente moção.

Local e data: Gaia, 30 Junho de 2026

Assinatura(s):

Alexandre Miguel Ribeiro
Wilson Guilherme Teixeira Aguiar



Voto de Louvor

É com elevado apreço que a bancada do partido Chega na Assembleia de Freguesia de Mafamude, apresenta um voto de louvor à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia pela organização e promoção da Mostra Educativa EDUCALL 2026, iniciativa que volta a afirmar Vila Nova de Gaia como um concelho de referência na valorização da educação, da formação e da orientação vocacional.

Esta iniciativa municipal constitui um espaço privilegiado de encontro entre alunos, famílias, escolas, instituições de ensino e entidades formadoras, promovendo o conhecimento das diversas ofertas educativas e contribuindo para escolhas mais informadas e conscientes quanto ao futuro académico e profissional dos jovens.

Reconhece-se o empenho, a visão estratégica e o investimento contínuo do Município na educação, área fundamental para o desenvolvimento social, cultural e económico da comunidade.

Que este percurso de ambição, inovação e proximidade às comunidades continue a ser aprofundado e reforçado, podendo ser alargado às associações culturais e desportivas do concelho! Fica aqui o repto.

Obrigado

*Alexandre Miguel Costa /
Wilson Guilherme Teixeira Aguiar*



Moção pela Isenção de Taxas para Ex-Combatentes

A Assembleia de Freguesia de Mafamude, reunida em sessão ordinária, aprecia e delibera sobre a presente moção, apresentada pelo Grupo de Eleitos do Partido CHEGA, com base nos seguintes considerandos:

- **Considerando o reconhecimento devido aos cidadãos que serviram Portugal em contexto militar, designadamente os ex-combatentes;**
- **Considerando o contributo destes para a defesa dos valores nacionais e o sacrifício pessoal e familiar associado;**
- **Considerando que muitos ex-combatentes se encontram atualmente em situação de vulnerabilidade económica ou social;**
- **Considerando o dever das autarquias locais de promover medidas de apoio e valorização destes cidadãos;**

Propõe-se que:

1. **A Junta de Freguesia de Mafamude proceda à isenção total das taxas administrativas aplicáveis a ex-combatentes, nomeadamente:**
 - **Emissão de atestados e declarações;**
 - **Utilização de espaços e equipamentos da freguesia;**
 - **Outras taxas e serviços da competência da Junta;**
2. **A atribuição desta isenção seja efetuada mediante apresentação de documento comprovativo da condição de ex-combatente;**
3. **A Junta de Freguesia regule e divulgue os critérios de acesso a este benefício, assegurando transparência e equidade.**

Mais se propõe que:

A presente moção, uma vez aprovada, seja remetida à Junta de Freguesia para os devidos efeitos e ampla divulgação junto da população.

Alexandre Gomes Vital
Vitor Guilherme Teixeira Aguiar



Assembleia de Freguesia de Mafamude

Intervenção

PAOD - Moção pela Isenção de Taxas para Ex-Combatentes

Não questionamos o reconhecimento devido aos antigos combatentes. Aliás, é do PCP a proposta para que todos os antigos combatentes com pensões abaixo do Salário Mínimo Nacional passem a auferir, pelo menos, esse valor. Uma proposta que foi rejeitada na AR, nas propostas no âmbito do orçamento para 2026.

O que questionamos é a qualidade técnica da proposta. Não identifica concretamente o Regulamento que pretende alterar, não apresenta qualquer estimativa do impacto financeiro, não fundamenta a opção por uma isenção total relativamente a outras situações sociais igualmente merecedoras de proteção e limita-se a afirmar que a medida é legal sem desenvolver esse enquadramento. Uma proposta desta natureza merecia maior rigor jurídico e financeiro, por respeito justamente

Há taxas que, pela sua natureza administrativa e pelo reduzido impacto financeiro, podem justificar uma isenção, mas levantam-se questões de proporcionalidade e de igualdade que a proposta não esclarece. Não é a mesma coisa isentar uma qualquer certidão e isentar indiscriminadamente todos os atos previstos.

Os antigos combatentes, que foram sacrificados numa guerra injusta, e que, recordamos, o PCP sempre combateu, deveriam ser merecedores de um reconhecimento público não apenas em palavras e gestos simbólicos, ou em medidas panfletárias mas sobretudo em apoios concretos capazes de melhorar as suas condições de vida. É esse o princípio que o PCP defende e é por ele que continuará a lutar.

2026.06.30

Pel'A CDU,

(José Alberto Costa)



Assembleia de Freguesia de Mafamude

Declaração de Voto

PAOD - Moção Protesto Falta de investimento do Governo na ULS Gaia

A CDU vota a favor desta Moção porque reconhece a gravidade da situação dos cuidados de saúde no nosso Concelho e acompanha a exigência de mais investimento, mais profissionais, redução dos utentes sem médico de família, diminuição dos tempos de espera e avanço da requalificação do Hospital. Uma Moção que se junta ao Requerimento que o PCP apresentou na Assembleia da República no passado dia 3 sobre o mesmo assunto, visando reverter esta política de degradação nos exames complementares de diagnóstico.

Mas o nosso voto favorável não significa concordância com a narrativa do PS. A degradação do SNS não começou há dois anos. É hoje agravada pelo atual Governo PSD/CDS, com o apoio do Chega e da Iniciativa Liberal, mas resulta também de anos de subfinanciamento, desinvestimento e opções políticas mantidas por governos do PS.

Aliás, PS, PSD, CDS, IL e Chega têm-se juntado para rejeitar o financiamento necessário do SNS. E, no plano local, também se juntaram para votar contra a recomendação da CDU para a urgente reabertura dos SASU de Soares dos Reis e dos Carvalhos.

A CDU não esquece que o modelo das ULS, que sempre criticamos, contribuiu para esta lógica de concentração, gestão economicista e afastamento das respostas de proximidade.

Por isso, votamos a favor das exigências concretas desta moção, mas recusamos qualquer branqueamento de responsabilidades. O que é necessário é reforçar o SNS, com investimento público, contratação de profissionais e respostas universais para a população.

2026.06.30

Pe'l'A CDU,

(José Alberto Costa)



Assembleia de Freguesia de Mafamude

Declaração de Voto

PAOD - Moção Proposta para Auditoria a Iluminação Pública

A CDU olha para o problema identificado nesta moção com atenção, aliás, quer do Programa Eleitoral apresentado à Freguesia de Mafamude, quer do Programa Eleitoral Municipal, constam propostas de gestão e preservação do Espaço Público como uma das prioridades transversais para a Freguesia e o Concelho.

Entendemos que um Espaço Público condigno afeta diretamente a dignidade das pessoas, a saúde pública e a perceção que a população tem do seu território e incentiva os cidadãos a zelar pelo seu bairro, fortalecendo o sentimento de comunidade e promovendo hábitos de cidadania e respeito pelo ambiente, ao passo que ruas sujas e equipamentos degradados reforçam a sensação de abandono e de desigualdade, desvalorizam o concelho e a freguesia e contribuem para a deterioração social e ambiental.

Por outro lado, não revemos nos considerandos que consideramos não fundamentados acerca de um suposto aumento da insegurança, do número de assaltos ou do número de atos de vandalismo.

Entendemos, sim, a segurança dos nossos fregueses e munícipes como uma questão também ela transversal, que implica não só a segurança pública, mas também: a segurança viária, com proposta de um plano concertado de recuperação de pavimentos, alargamento de passeios, implementação de passadeiras elevadas e seguras, garantindo acessibilidade universal e segurança para peões, idosos e pessoas com mobilidade reduzida; a segurança social, com a exigência da reabertura de serviços públicos de proximidade entretanto encerrados, como estações dos CTT, balcões de Finanças e da Segurança Social, assegurando que o Estado Central cumpre a sua função de servir as populações onde elas vivem; e também a segurança da nossa população idosa, com a defesa de uma política para a terceira idade que garanta direitos, combata o isolamento e promova a participação activa na comunidade.

Por fim, notamos que os termos da proposta propõem uma auditoria a uma assunto que é da inteira responsabilidade de outro órgão autárquico, i.e., a Câmara Municipal, no âmbito do n.º 6



Assembleia de Freguesia de Mafamude

do art.º 28.º da Portaria n.º 454/2001, de 5 de maio, que aprova o novo contrato tipo de concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, tornando, assim, esta proposta espúria.

Por tudo isso, a CDU não a acompanha.

2026.06.30

Pe/A CDU,

(José Alberto Costa)



Assembleia de Freguesia de Mafamude

Declaração de Voto

4.1 - Descentralização de Competências - Juntas de Freguesia

A CDU não bloqueará um processo que, a falhar, asfixiaria ainda mais as Juntas de Freguesia, mas relembra que a única forma de combater esta situação e dar ao Poder Local Democrático as ferramentas necessárias para que cumpram os seus os seus princípios constitucionais de autonomia, descentralização e subsidiariedade e garantam a prossecução das funções sociais do Estado e a universalidade do acesso das populações aos serviços públicos, passará sempre pela revogação destas imposições legais, pela a consagração de mais recursos e, sobretudo, pelo sempre adiado processo de Regionalização.

Ainda assim, a CDU gostaria de ver respondidas algumas questões:

1. Considera a Junta de Freguesia que as negociações com a Câmara Municipal resultaram numa situação favorável para que possa assumir as responsabilidades agora assumidas?
2. Considera a Junta de Mafamude deter condições materiais (económicas e humanas) para responder a estas responsabilidades?
3. Não obstante as limitações causadas pela chamada "neutralidade orçamental", tem a Junta de Freguesia planos para reforçar os seus serviços neste contexto?
4. Prevê a Junta de Freguesia de Mafamude necessidade de vir a subcontratar alguma da resposta às responsabilidades agora assumidas?

A CDU permanecerá atenta a qualquer sinal de degradação do bem público ou de crescente externalização das responsabilidades do poder local para o setor privado, no sentido de combater as graves consequências para as populações que resultariam destas circunstâncias.

2026.06.30

Pe'l'A CDU,

(José Alberto Costa)



Junta de Freguesia de Mafamude

FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

1. Enquadramento legal

A presente Fundamentação Económico-Financeira acompanha a proposta de atualização das Taxas da Freguesia de Mafamude, em cumprimento do disposto no artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro (Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais).

Nos termos daquele diploma, a criação e atualização das taxas deve ser acompanhada da respetiva fundamentação económico-financeira, demonstrando a observância do princípio da proporcionalidade entre o valor cobrado e os custos suportados pela entidade pública.

2. Fundamentação da atualização

A última atualização do Regulamento de Taxas e Licenças atualmente em vigor ocorreu em 2022, quando ainda vigorava a União das Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, anteriormente à respetiva desagregação.

Desde essa data verificou-se uma evolução significativa dos preços da economia portuguesa, refletida na variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.

Entre 2022 e 2026, a inflação acumulada considerada para efeitos da presente atualização corresponde a 16,70%, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Ano	Variação média anual do IPC
2022	7,8 %
2023	4,3 %
2024	2,4 %
2025	2,3 %
Inflação acumulada considerada	16,70 %

Evolução do Índice de Preços no Consumidor (IPC)



Esta evolução traduziu-se num aumento generalizado dos custos suportados pela Junta de Freguesia, designadamente:

- remunerações e encargos com pessoal;
- energia elétrica;
- combustíveis;
- comunicações;
- materiais de escritório;
- manutenção e conservação de instalações e equipamentos;
- prestação de serviços externos.

Assim, a atualização proposta visa apenas preservar o valor real das taxas anteriormente aprovadas, evitando a sua desvalorização em consequência da inflação verificada.

3. Critérios adotado

Na presente revisão não foi efetuada qualquer alteração à metodologia de cálculo das taxas anteriormente adotada, a qual assenta na determinação do custo da prestação dos serviços em função do tempo médio de execução, do valor horário da mão de obra e dos custos diretos e indiretos associados.

Foi adotado um critério uniforme de atualização correspondente à aplicação da variação acumulada do Índice de Preços no Consumidor entre 2022 e 2026, fixada em 16,70%.

Como referido anteriormente, a aplicação deste coeficiente permite manter, em termos reais, o equilíbrio entre os custos suportados pela Junta de Freguesia na prestação dos serviços públicos locais e o valor das taxas cobradas aos respetivos utilizadores.

5. Conclusão

A atualização das taxas constante da presente proposta encontra-se técnica e juridicamente fundamentada, refletindo exclusivamente a evolução do Índice de Preços no Consumidor verificada entre 2022 e 2026.

A aplicação da taxa acumulada de 16,70% assegura a manutenção do equilíbrio económico-financeiro das taxas, respeitando os princípios da legalidade, proporcionalidade e equivalência jurídica consagrados no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.



Assembleia de Freguesia de Mafamude

Declaração de Voto

4.6 - Proposta de Regulamento Taxas e Licenças

Relativamente ao documento que o executivo da Junta de Freguesia de Mafamude nos propõe hoje a votação, a CDU entende que este é, factualmente, um documento que terá de ser revisto, uma vez que aquele que se encontra em vigor é ainda referente à União de Freguesias.

Todavia, lembramos também que este é um documento que, no âmbito das competências estabelecidas por lei, cabe a esta Assembleia apreciar, aprovar e até mesmo fixar.

Nesse aspecto, e não obstante o Executivo ter procurado, junto das forças políticas, obter sugestões, tendo também oferecido alguns esclarecimentos, não nos parece que esteja claramente fundamentada a apresentação deste documento, como aliás decorre da legislação, sobretudo tendo em linha de conta as subidas propostas.

Aliás lamentamos que a fundamentação económico-financeira apenas nos tenha sido entregue hoje, acompanhada da proposta de novas taxas.

A CDU não se opõe à actualização de taxas quando esta é necessária e justa. Reconhecemos que os serviços públicos têm custos e que é legítimo que a autarquia atualize os valores para fazer face a essas despesas. No entanto, essa actualização tem de ser feita com transparência, justiça e rigor.

Nesta proposta é-nos apresentada uma fórmula abstracta que não demonstra quais os custos directos e indirectos de cada serviço, como foram calculados e que investimentos estão considerados.

É afirmado no documento que a Freguesia de Mafamude visa «*conciliar a necessidade de arrecadar receitas que permitam fazer face às despesas correntes e de investimento e, por outro, a obrigação de atender ao contexto socioeconómico local, evitando onerar excessivamente os cidadãos*», respeitando os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da igualdade.

A CDU questiona:



Assembleia de Freguesia de Mafamude

Como se evita onerar excessivamente os cidadãos, e sobretudo os mais desfavorecidos — e sabemos bem que muitos deles não caberão na isenção na definição, seja ela qual for, de «fracos recursos financeiros» indicada no art.º 7.º —, num contexto de generalização da subida do custo de vida, quando se aumentam as taxas relativas a atestados?

Num momento em que as famílias e as pequenas empresas de Mafamude enfrentam um aumento generalizado do custo de vida, o executivo propõe:

- Aumentos em atestados e certidões;
- Agravamentos significativos nas taxas de inumação e concessões cemiteriais;
- Aumentos nas taxas de utilização de equipamentos desportivos.

Atende-se ao contexto socioeconómico local quando se sobem as taxas ligadas ao cemitério?

Promove-se a fruição cultural e desportiva dos nossos fregueses subindo as taxas relativas a auditórios e equipamentos desportivos?

Queremos ainda destacar o impacto particularmente gravoso desta proposta sobre os feirantes.

Ajuda-se os comerciantes do Mercado do Levante, cidadãos que vivem ou complementam os seus parcos rendimentos, pessoas a quem, num quadro de compressão do ínfimo lucro que possam obter, a diferença de 20 cêntimos pode significar não ganhar nada com os produtos que vendem, num espaço com as condições que conhecemos, aumentando-lhes a taxação e removendo os descontos até aqui existentes?

Perguntamos, ainda:

Ajudam-se os micro e pequenos empresários da área da Indústria da diversão, acrescendo-lhes aos custos estas taxas?

Perante esta situação, o Grupo Municipal da CDU apresenta as seguintes propostas:

1. Devolução da proposta ao executivo para que seja reapresentada com uma fundamentação económico-financeira completa, nos termos exigidos por lei.
2. Garantia de que os aumentos são proporcionais e não oneram excessivamente os munícipes, em particular os de «fracos recursos financeiros».



Assembleia de Freguesia de Mafamude

3. Revogação dos aumentos previstos para os feirantes e reposição dos descontos para ocupação plurissemanal.

Apelamos à Assembleia para que rejeite esta proposta e exija ao executivo que nos apresente um documento sério, fundamentado e, acima de tudo, mais justo para a população de Mafamude.

2026.06.30

Pel'A CDU,

(José Alberto Costa)



JUNTA DE FREGUESIA DE MAFAMUDE

Informação do Presidente da Junta de Freguesia

2026-06-26



Junta de Freguesia de Mafamude

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE

Período em análise: 27 de abril a 26 de junho

Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente do artigo 9.º, n.º 2, alínea e), apresenta-se à Assembleia de Freguesia a informação relativa à situação financeira da autarquia, bem como ao conjunto de iniciativas, intervenções promovidas e ações apoiadas pela Junta de Freguesia no período em referência.

No período em análise, a atuação do Executivo pautou-se por uma estratégia assente na proximidade, na melhoria contínua do espaço público e no reforço da coesão social, procurando dar resposta a necessidades concretas dos Mafamudenses, ao mesmo tempo que se consolidaram bases para uma intervenção sustentada.

I. PROXIMIDADE E ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Foi assegurado o regular funcionamento dos serviços da Junta de Freguesia, através de atendimento presencial, telefónico, por email institucional e via website, garantindo acessibilidade e capacidade de resposta.

Mantiveram-se as audiências com o Presidente da Junta, mediante solicitação, realizadas semanalmente à quarta-feira no período da tarde, reforçando a proximidade e o contacto direto com os Mafamudenses e as suas instituições.

II. INTERVENÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO

Continuamos a potenciar o protocolo interno para gestão de ocorrências no âmbito do programa “Cuidar Mafamude”, permitindo melhorar a monitorização, o acompanhamento e a capacidade de resposta às solicitações dos Mafamudenses.

Ao longo deste período, foram sinalizadas e resolvidas diversas situações relacionadas com a limpeza urbana, manutenção de arruamentos, escolas, espaços verdes e equipamentos públicos, traduzindo-se numa melhoria visível das condições do espaço público. Sempre que



possível, a Junta de Freguesia interveio diretamente, assegurando maior rapidez e eficácia na resolução dos problemas identificados.

Destacamos a reparação do pavimento na Rua Nossa Senhora Carmo, realizada com o apoio dos serviços municipais, o início da 1.ª fase da requalificação da Rua Conceição Fernandes entre o Hospital de Gaia e Santo Ovídio, e o alargamento da saída do IC23 para a Rotunda de Raimundo de Carvalho.

Mantivemos uma cooperação estreita com o projeto “Gaia Limpa”, reforçando a articulação com esta importante iniciativa municipal na área da higiene urbana.

Realizamos o levantamento fotográfico das paragens de autocarro da rede UNIR de forma a elaborar um relatório para pugnar pela melhoria das mesmas.

III. GESTÃO DE INSTALAÇÕES

No Cemitério de Mafamude, construímos 28 novos nichos, iniciamos as obras de requalificação dos vestiários dos funcionários e a criação de um espaço destinado à instalação da secretaria do cemitério.

Realizamos o lançamento de consultas para a obtenção de orçamentos com vista à manutenção da cobertura do edifício-sede da Junta de Freguesia.

IV. AÇÃO SOCIAL E APOIO À COMUNIDADE

Demos continuidade aos programas e estruturas existentes no âmbito do Gaia + Inclusiva, nomeadamente o Gabinete de Ação Social, o Gabinete de Apoio Psicossocial, o Gabinete de Apoio ao Cidadão Emigrante e o Gabinete de Inserção Profissional, assegurando apoio a famílias em situação de maior vulnerabilidade, através de encaminhamento social, apoio logístico, cabazes de emergência social e articulação com instituições locais.

Iniciamos a colaboração com o Programa Municipal “Gaia Cuida” e sinalizamos situações de emergência social em articulação com o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social SAAS – Gaia, SAAS – Sol Maior, GAIURB, EM e Núcleo de Planeamento e intervenção Sem-Abrigo.

Prosseguimos a dinamização do Centro de Convívio de Mafamude e do Centro de Atividades Diogo Cão com oferta de atividades regulares nas áreas do bem-estar, cultura e atividade física, contribuindo para a promoção de um envelhecimento ativo e saudável. Abrimos a admissão para integrar 40 novos utentes, 20 no Centro de Convívio de Mafamude e 20 no Centro de Atividades Diogo Cão.

Assinalamos a Festividade de São João com a entrega de manjericos aos utentes dos Centros de Convívio.



Continuamos a realizar apoios no âmbito do Programa “Bilha Solidária”.

Iniciamos uma nova dinâmica nos Centros de Convívio em parceria com a Escola Profissional do Infante, uma Sessão de Beleza intergeracional em que alunos aplicam os seus conhecimentos junto dos mais séniores, promovendo bem-estar e autoestima. Por outro lado, autorizamos o estágio de dois alunos da EPAD na Junta de Freguesia.

Assinamos um contrato de comodato com a GAIURB para a cedência de um espaço onde iremos instalar a futura Universidade Sénior de Mafamude.

Investimos numa estrutura estrado-palco que já começou a ser cedida a Escolas para as suas festas de finalistas, para além de continuarmos a reabilitar as ditas barraquinhas da Junta que também já foram cedidas em diversas iniciativas na Freguesia.

V. DINAMIZAÇÃO COMUNITÁRIA E ASSOCIATIVA

A Junta de Freguesia manteve uma relação próxima com o movimento associativo local, promovendo o diálogo, o apoio institucional e a valorização das suas iniciativas.

O Executivo marcou presença em diversas iniciativas de carácter institucional, cultural, educativo e desportivo, reforçando a proximidade com a comunidade e o reconhecimento do papel das Associações na vida da Freguesia.

Durante a Peregrinação do 13 de maio, criamos um ponto de apoio aos Peregrinos na Junta de Freguesia.

Realizamos um Protocolo com a Cruz Vermelha Portuguesa no âmbito da resposta social no Centro Comunitário, nomeadamente, a nível da intervenção psicossocial e animação sociocultural.

Organizamos a Feira de Emprego e Formação “MafaMuda-te!” no Centro Paroquial São Cristóvão de Mafamude e o Dia Mundial da Criança no Jardim Soares dos Reis.

Destacamos ainda a receção oficial do Bispo Auxiliar do Porto, D. Roberto Mariz no Salão Nobre da Junta.

Estivemos representados nos Jogos Juvenis de 2026 com excelentes resultados e nas Marchas de São João pelo Centro Recreativo de Mafamude, obtendo um honroso 2.º lugar.

VI. COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

Continuamos as reuniões públicas mensais com a presença do Executivo, realizadas na primeira 3ª feira do mês às 19 horas e concretizamos a transmissão em direito das Assembleias de Freguesia, reforçando os mecanismos de participação cívica e de proximidade com os cidadãos.



VII. SITUAÇÃO FINANCEIRA

No plano financeiro, a Junta de Freguesia manteve uma gestão rigorosa e equilibrada dos recursos disponíveis, assegurando o normal funcionamento dos serviços e a concretização das intervenções prioritárias, com especial enfoque na melhoria do espaço público e no apoio à comunidade.

VIII. CONCLUSÃO

No período em análise, destaca-se uma atuação marcada pela proximidade, pela capacidade de resposta e pela concretização de intervenções com impacto direto na qualidade de vida dos Mafamudenses.

Evidenciam-se, em particular, a melhoria e valorização dos espaços e equipamentos da Junta de Freguesia, o reforço da resposta social e a concretização de investimentos estruturantes, nomeadamente, no Cemitério de Mafamude.

O Executivo manterá o compromisso de prosseguir uma gestão responsável, próxima e orientada para resultados, dando continuidade ao trabalho de valorização da Freguesia e de resposta eficaz às necessidades.



INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Descrição do item	Receita	Despesa
Disponibilidades	121 560,56 €	
» Fundos de Maneio	767,37 €	
» Bancos	120 793,19 €	
Receita (a aguardar cobrança)	783,20 €	
» IEPF	783,20 €	
Despesa		
» Compromissos assumidos não pagos		17 595,09 €

Tesouraria Bruta	121 560,56 €
Receita a arrecadar	783,20 €
Compromissos assumidos e não pagos	17 595,09 €
Tesouraria líquida	104 748,67 €

Mafamude, 26 de junho de 2026

O Presidente da Junta de Freguesia